



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

8ª Reunião do COGEST



Brasília, 06 de agosto de 2018

8ª Reunião do COGEST

✓ **Metas Estratégicas:**

- **Resultado das metas – 1º semestre/2018;**
- **Proposta de alteração da meta 4 para 2019;**
- **Possibilidade de adaptação do Glossário de Metas ao Sistema Justiça em Números.**

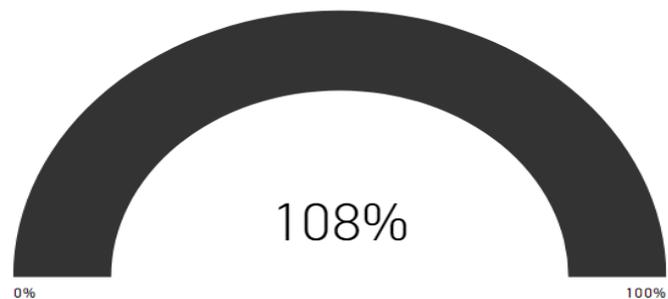
✓ **Programa de Sustentabilidade;**

✓ **Equalização da carga de trabalho;**

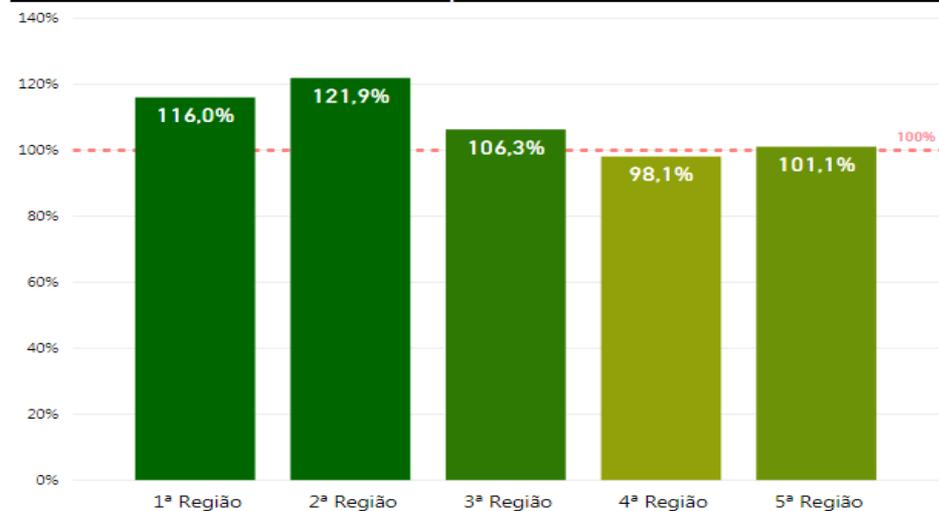
✓ **Aprovação de alterações do Glossário de Metas do Planejamento Estratégico de TI.**

Justiça Federal - Meta 1 de 2018 - Produtividade Julgar mais processos que o número de casos novos do ano

Cumprimento



Cumprimento

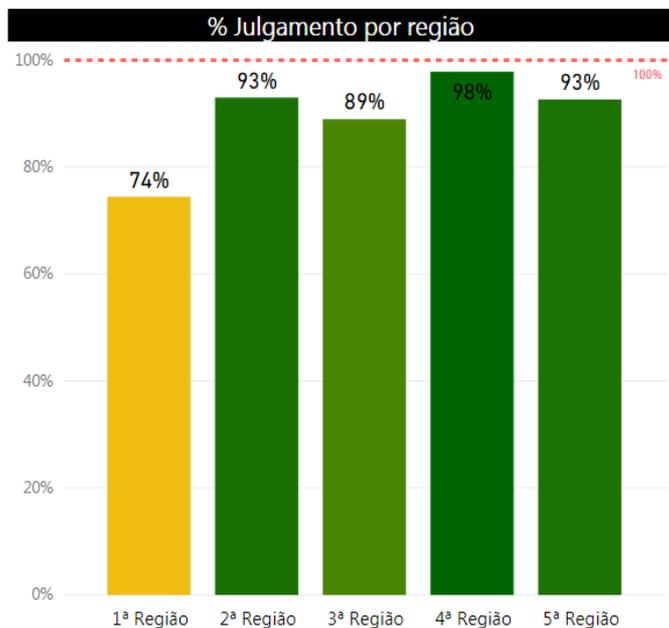


✓ 1.495.285 Processos distribuídos

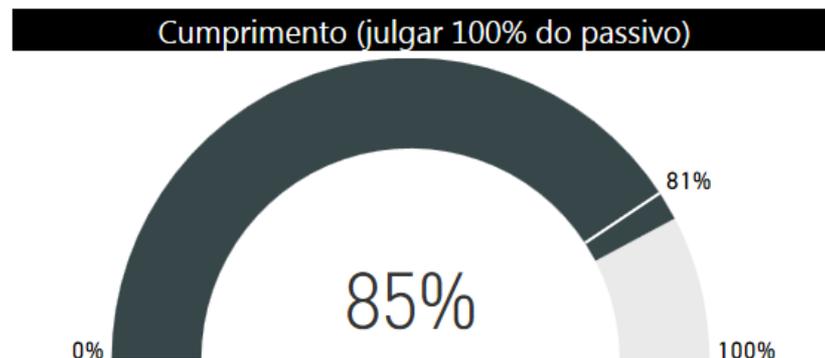
✓ 1.587.644 Processos julgados

Meta 2 de 2018 - Celeridade

Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos 1º e 2º Graus



1ª Região
68,6% do passivo líquido restante



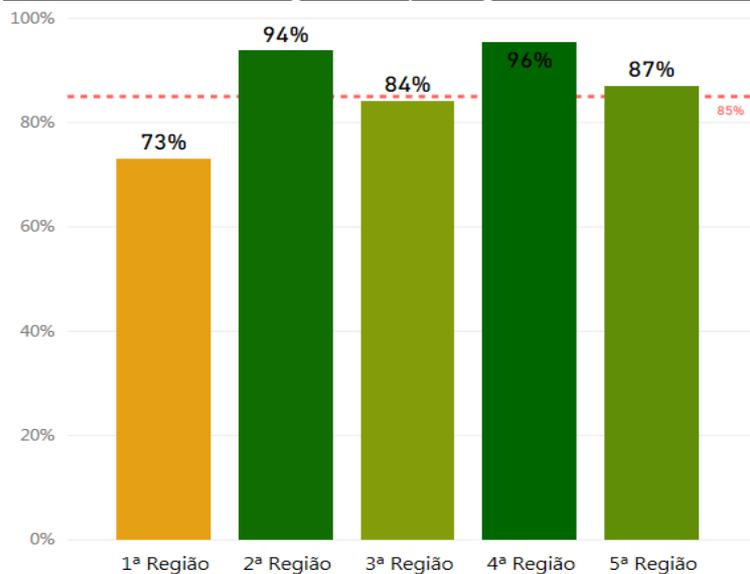
Região	Processos julgados	Pendentes	Expectativa de Cumprimento
1ª Região	15.148	120.629	78%
2ª Região	2.374	8.158	95%
3ª Região	16.013	41.387	93%
4ª Região	1.275	2.839	99%
5ª Região	411	2.679	94%

Julgados em 2018
35.221

Meta 2 de 2018 - Celeridade

Julgar 85% dos processos distribuídos em 2014 nos 1º e 2º Graus

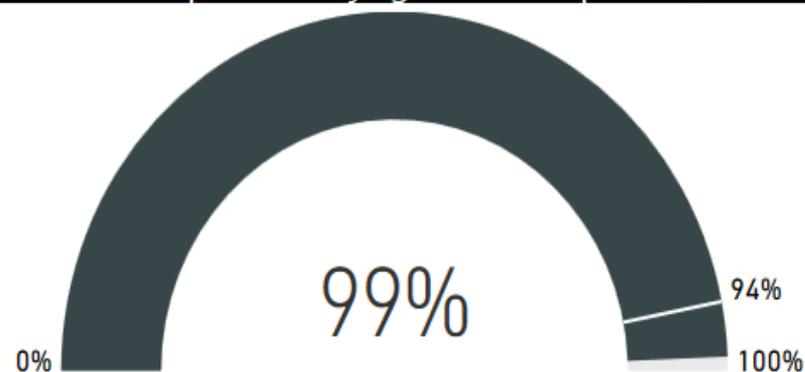
% Julgamento por região



Julgados em 2018
19.979

1ª Região
61,7% do
passivo líquido
restante

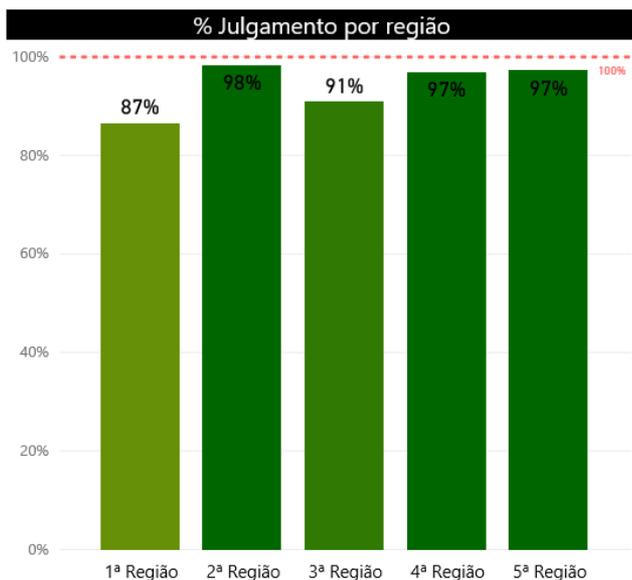
Cumprimento (julgar 85% do passivo)



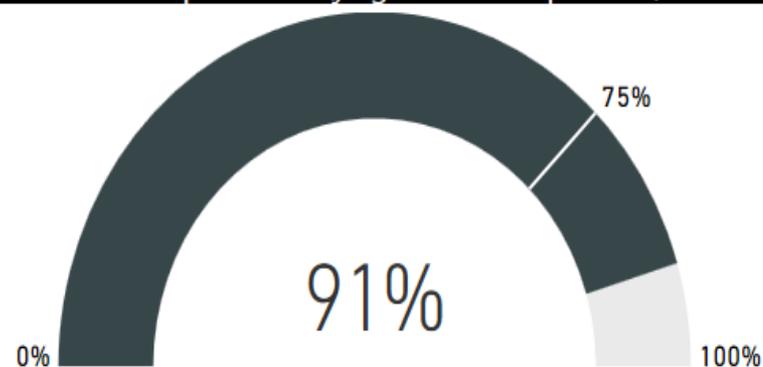
Região	Processos julgados	Pendentes	Percentual de Cumprimento	Expectativa de Cumprimento
1ª Região	9.508	47.412	86%	92%
2ª Região	2.154	4.963	110%	114%
3ª Região	5.559	17.343	99%	105%
4ª Região	2.130	3.988	112%	115%
5ª Região	628	3.136	102%	105%

Meta 2 de 2018 - Celeridade

Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais



Cumprimento (julgar 85% do passivo)



Região	Processos julgados	Pendentes	Percentual de Cumprimento	Expectativa de Cumprimento
1ª Região	48.783	48.337	87%	100%
2ª Região	17.158	1.433	98%	117%
3ª Região	100.959	28.134	91%	123%
4ª Região	2.749	5.691	97%	98%
5ª Região	2.398	603	97%	108%

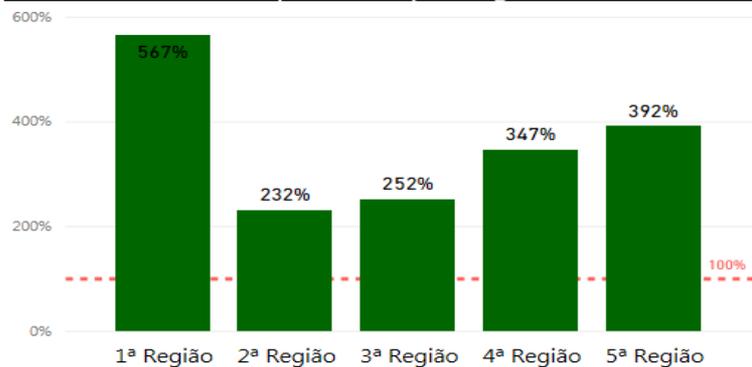
**Julgados em 2018
152.511**

**1ª Região
57,4% do passivo líquido restante**

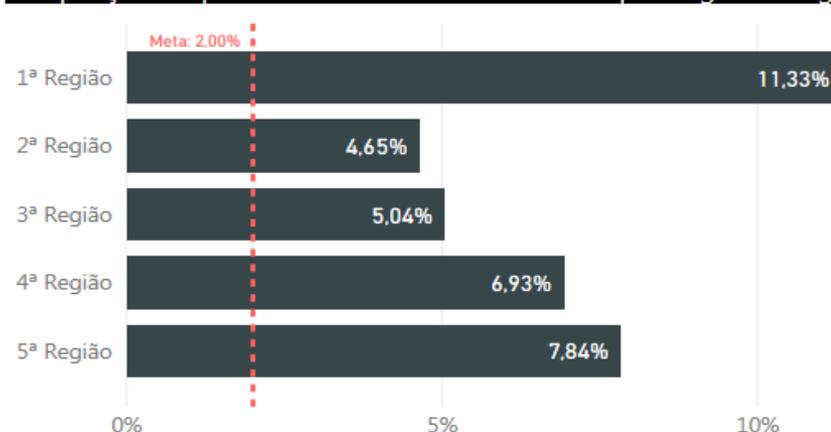
Meta 3 de 2018 - Conciliação

Fomentar o alcance percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos

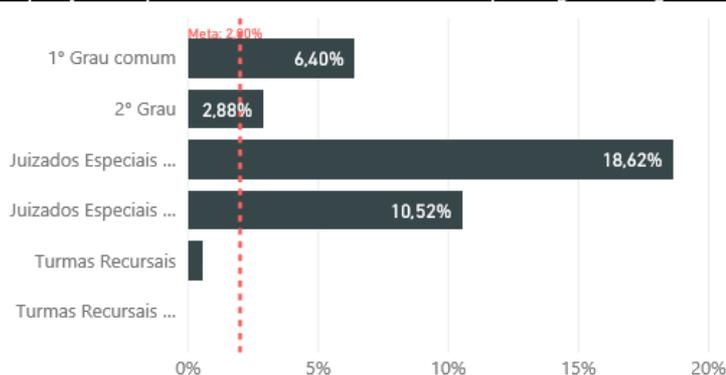
Cumprimento por região



Proporção de processos conciliados em 2018 por região e órgão ...

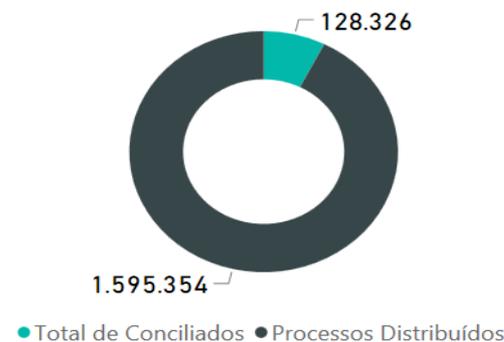


Proporção de processos conciliados em 2018 por região e órgão ...



Média de cumprimento
8,04%

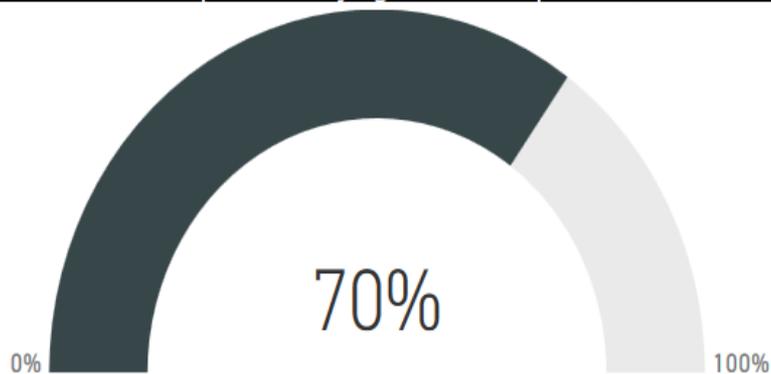
Processos Conciliados e distribuídos em 2018



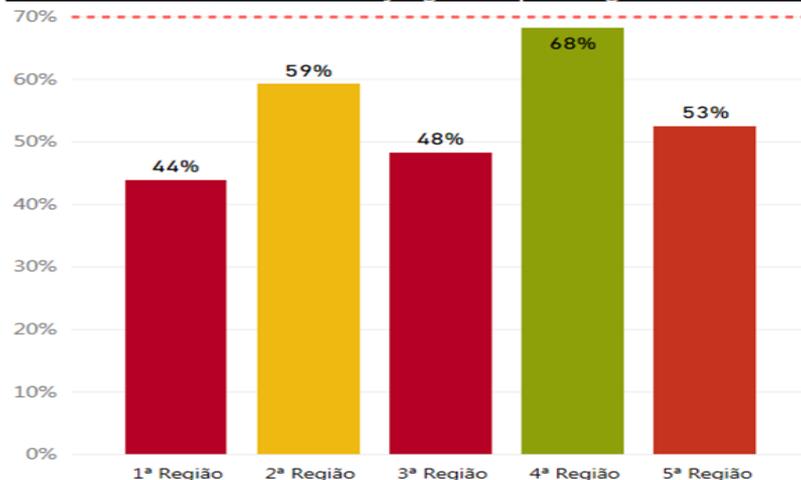
Meta 4 de 2018 - Improbidade Administrativa

Julgar 70% dos casos de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Cumprimento (julgar 70% do passivo)



* Percentual de julgados por região



Região	Processos julgados	Pendentes	Percentual de Cumprimento	Expectativa de Cumprimento
1ª Região	632	4.695	63%	74%
2ª Região	72	481	85%	93%
3ª Região	154	938	69%	81%
4ª Região	71	347	98%	107%
5ª Região	156	993	75%	86%

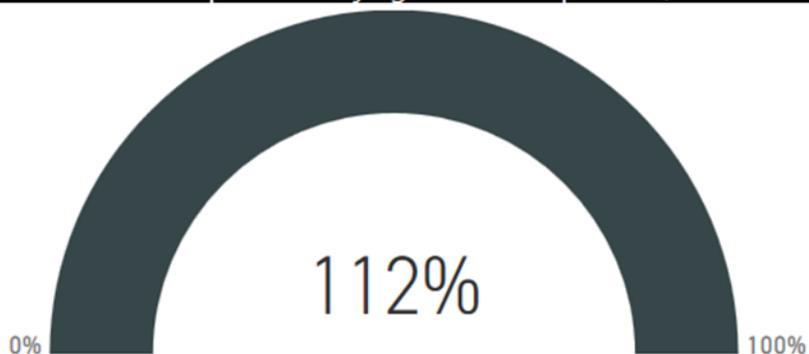
1ª Região:
57,8% do
passivo

Condenações
12,1%

Meta 4 de 2018 - Crimes contra administração pública

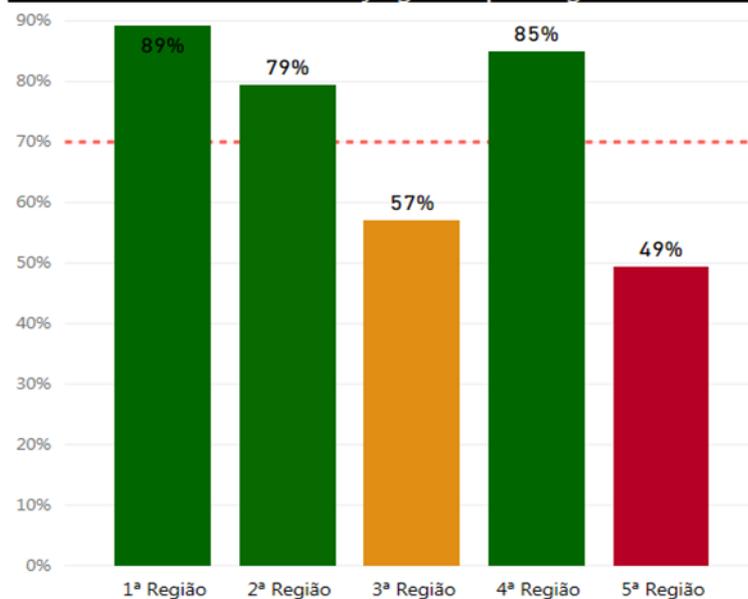
Julgar 70% dos casos de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Cumprimento (julgar 70% do passivo)



Região	Processos julgados	Pendentes	Percentual de Julgamento	Expectativa de Julgamento
1ª Região	2.643	2.811	127%	142%
2ª Região	534	1.033	113%	129%
3ª Região	1.056	6.254	82%	92%
4ª Região	630	1.192	121%	133%
5ª Região	95	372	71%	89%

* Percentual de julgados por região



Condenações

18%

Julgados em 2018

4.958

1ª Região

48,6% do passivo

Meta 5 de 2018 - Execução não fiscal

Resolver mais processos de execução não fiscal que o número de casos novos no ano.

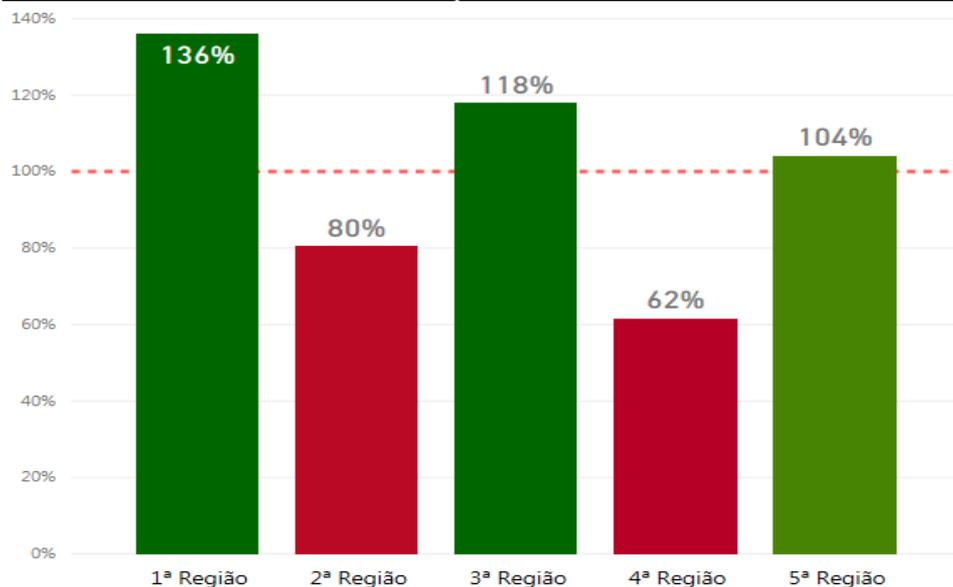
Cumprimento

116%

0% 100%

✓ 503.606 Execuções não
fiscais baixadas

Cumprimento



↑
Resultado apenas do
1º grau

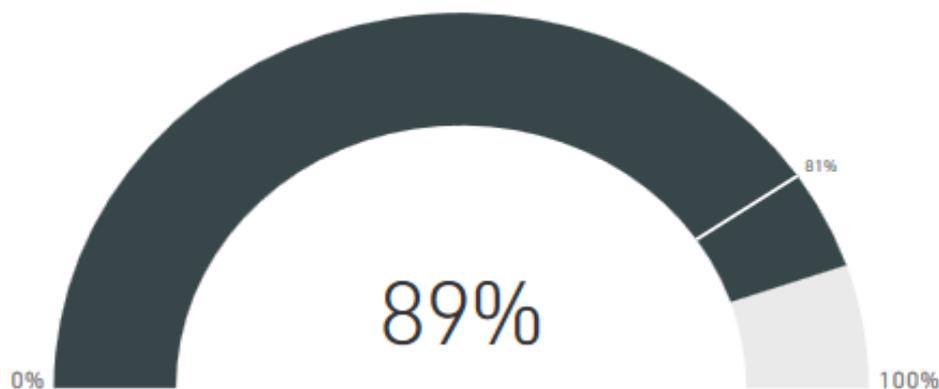
Meta 6 de 2018 - Ações Coletivas

Faixa 1: Julgar 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus (5ª Região);

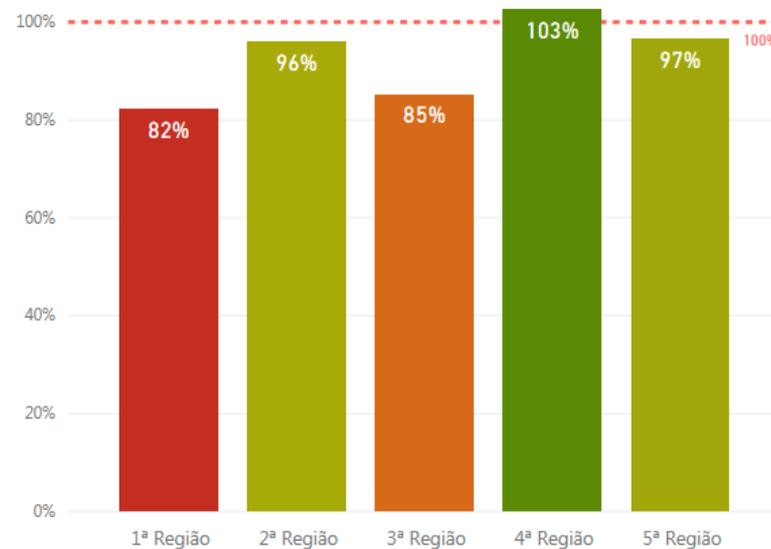
Faixa 2: Julgar 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus (2ª Região e 4ª Região);

Faixa 3: Julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus (1ª Região e 3ª Região).

Cumprimento



Cumprimento



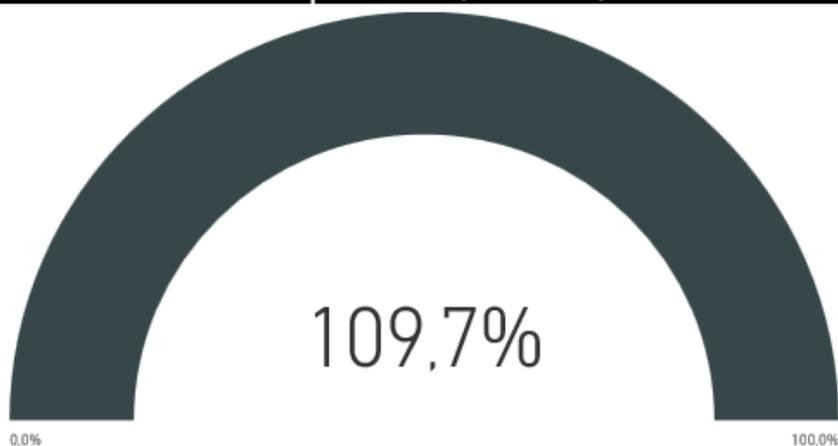
Região	Processos julgados	Pendentes	Percentual de Cumprimento	Expectativa de Cumprimento
1ª Região	602	3.841	82%	92%
2ª Região	60	368	96%	101%
3ª Região	154	1.244	85%	92%
4ª Região	111	402	103%	107%
5ª Região	243	270	97%	116%

Julgados em 2018
1.170

Meta Específica da Justiça Federal - Criminal - A

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Cumprimento (baixados)



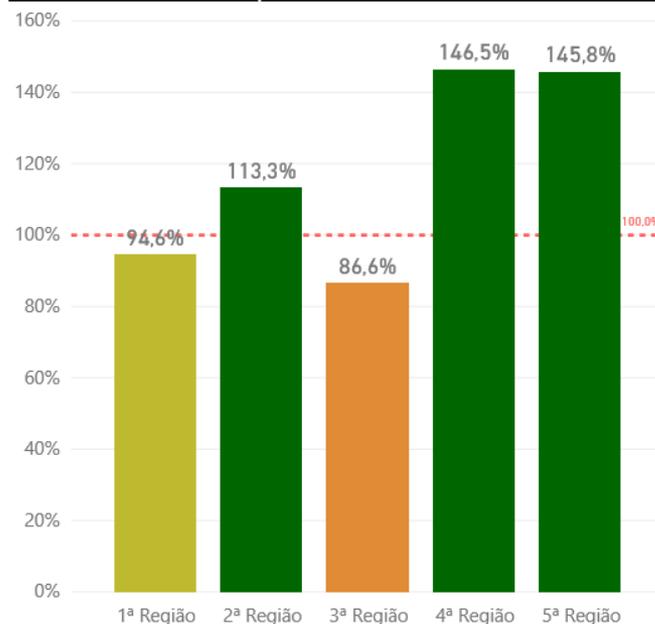
Processos distribuídos

30.969

Processos baixados

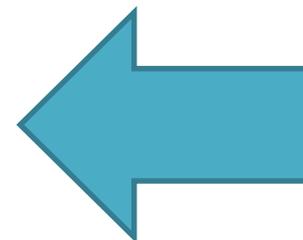
33.773

Cumprimento (baixados)



Proposta de alteração da Meta 4 para 2019

- Julgar pelo menos 70% das **ações cíveis de improbidade administrativa** distribuídas até 31/12/2015
- Julgar pelo menos 70% das **ações relativas aos crimes contra a administração pública** distribuídas até 31/12/2015



Meta 4 - Ações CÍVEIS

Julgar 70% das ações cíveis de improbidade distribuídos até 31/12/2015

Dados da Meta 4 - Posição em 31/07/2018

Descrição	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	JF
Cumprimento atual da meta	63%	85%	69%	98%	75%	70%
Passivo em 31/12/2015	8.382	1.162	1.810	1.027	2.105	14.486
Julgados em 2016/2017	3.053	628	721	677	946	6.025
Passivo em 31/12/2017	5.329	534	1.089	350	1.159	8.461
Julgados em 2018	632	72	154	71	156	1.085
Passivo líquido restante	4.695	481	938	347	993	7.454
Média de julgados do passivo	105	12	26	12	26	181
Média para cumprir a meta	234	17	46	7	43	347
Expectativa de cumprimento	74%	93%	81%	107%	86%	80%

SIMULAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE FAIXAS NA PARTE CÍVEL

Descrição	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	JF
Expectativa de cumprimento 80%	64%	83%	71%	100%	75%	71%
Expectativa de cumprimento 75%	69%	89%	76%	106%	80%	75%
Expectativa de cumprimento 70%	74%	95%	81%	114%	85%	81%
Expectativa de cumprimento 65%	79%	102%	87%	123%	92%	87%
Expectativa de cumprimento 60%	86%	111%	95%	133%	100%	94%
Expectativa de cumprimento 55%	94%	121%	103%	145%	109%	103%
Expectativa de cumprimento 50%	103%	133%	114%	159%	120%	113%



Proposta para 2019:

Ajustar meta 4 na parte das ações cíveis de Improbidade

- Faixa 1- Julgar **70%** dos casos de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016
- Faixa 2 - Julgar **65%** dos casos de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016
- Faixa 3 - Julgar **60%** dos casos de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Manter meta 4 de crimes contra administração

- Julgar 70% dos casos de crimes contra a administração distribuídos até 31/12/2016

Proposta do CNJ :

Análise de viabilidade para convergência das metas nacionais às variáveis do Justiça em Números.

Análise técnica:

É possível fazer a convergência, com adaptações.

Principais dificuldades:

- ✓ Seriam necessárias várias adaptações para as metas 1, 2, 4 e 6.
- ✓ Entende-se que o esforço de adaptação pode ser maior que os benefícios da convergência.
- ✓ Seria necessário informar o público externo que os resultados dos sistemas não poderiam ser comparados sem análises complementares.

VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

- 1) Criação de unidades ou núcleos socioambientais
- 2) Implantação do PLS
- 3) Divulgação de Relatório anual de desempenho do PLS;
- 4) Envio de dados ao CNJ





VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

1) criação de unidades ou núcleos socioambientais e implantação do PLS:

TRF1:

Unidade administrativa: Seção de Apoio à Gestão socioambiental

PLS: Aprovado pela Portaria Presi n. 49/2016

TRF2:

Unidade administrativa: Seção de Gestão Socioambiental

PLS: Aprovado pela Portaria n. PTP-2016/00556



VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

1) criação de unidades ou núcleos socioambientais e implantação do PLS:

TRF3:

Unidade administrativa: **Comissão Permanente de Gestão Ambiental**

PLS: Aprovado pela Resolução n. 45/2016-PRES

TRF4:

Unidade administrativa: Setor de Ações Socioambientais

PLS: Aprovado pela Resolução n. 81/2015



VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

1) criação de unidades ou núcleos socioambientais e implantação do PLS:

TRF5:

Unidade administrativa: Unidade de Gestão Ambiental

PLS: Aprovado pela Resolução n. 5/2016 do Conselho de Administração

VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

3) Divulgação de Relatório anual de desempenho do PLS;

- Todos publicaram de 2016 e 2017 (exceção TRF4)



VERTENTES DA RESOLUÇÃO CNJ n. 201/2015

4) Envio de dados ao CNJ

Os órgãos da Justiça Federal fizeram parte do 1º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário com dados de 2015/2016





DESTAQUE DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA FEDERAL

1º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário com dados de 2015/2016

- A) Maior consumo “per capita” de copos descartáveis (ver ações)
- B) Consumo de energia elétrica:
 - + maior economia entre os ramos de justiça (20%)
 - maior consumo entre os ramos de justiça (por área construída)

Proposta:



Finalização do projeto estratégico;



Inserir na pauta de uma das reuniões do COGEST a análise dos próximos Balanços Socioambientais divulgados pelo CNJ, cabendo ao COGEST, se necessário, determinar ações específicas no âmbito da Justiça Federal, prioritariamente aos órgãos com baixo desempenho





Proposta:

Tendo em vista o cenário de restrições orçamentárias e de pessoal, sugere-se a formação de grupo de estudo, com 2 representantes de cada região, para apresentação de alternativas visando à equalização da carga de trabalho.

Perfil dos participantes:

Magistrado ou servidor da área de Gestão de Pessoas ou área de Estratégia

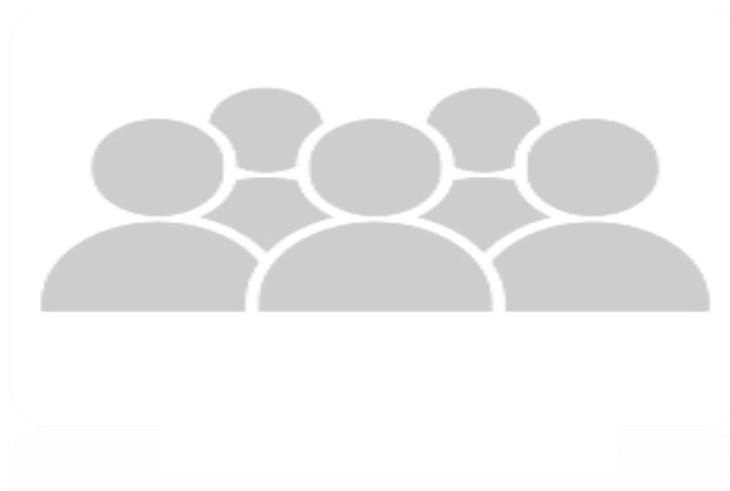
Boas práticas

- ✓ UAAs
- ✓ Conversão de cargos de Juízes
- ✓ Alteração de Jurisdição
- ✓ Trabalho Remoto

Normativos vinculados:

Resolução CNJ n. 219/2016

Resolução CNJ n. 184/2014



Proposta de ajuste no Glossário de Metas do PETI:

META 3

Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5 do iGovTI, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6

Situação atual	Proposta	Justificativa
É utilizado o índice de governança de TI definido pelo TCU.	Utilizar o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC - JUD (iGovTIC-JUD), definido pelo Conselho Nacional de Justiça aos órgãos do Poder Judiciário.	O Tribunal de Contas da União não aplicará mais um questionário específico de governança de TI (o último foi em 2016).

Proposta de ajuste no Glossário de Metas do PETI:

META 10

Realizar, em 2015, uma contratação conjunta, em 2016, duas, em 2017, três, em 2018, quatro, em 2019, cinco e, em 2020, seis.

Situação atual	Proposta	Justificativa
A meta do ano é a realização de 4 contratações conjuntas.	Suspender a medição da meta em 2018, até que haja a regulamentação da matéria.	Houve divergência no entendimento sobre coparticipação na realização de uma licitação.

Proposta de ajuste no Glossário de Metas do PETI:

META 12

Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento mínimo de infraestrutura de TI, conforme cronograma proposto.

Situação atual	Proposta	Justificativa
P12.1 - Quantidade de critérios constantes da PNITI-JF atendidos por cada órgão da Justiça Federal.	P12.1 - Quantidade planejada e executada, de critérios constantes da PNITI-JF, pelo CJF e por cada TRF. As execuções ocorridas no exercício medido se acumulam com os exercícios anteriores.	Houve divergências na utilização dos parâmetros descritos no glossário.
P12.2 - Quantidade total de critérios constantes da PNITI-JF.	P12.2 - Quantidade total planejada até 2020 de critérios constantes da PNITI-JF.	

Proposta de ajuste no Glossário de Metas do PETI:

META 13

Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI

Situação atual	Proposta	Justificativa
	<p>Incluir no Glossário a observação:</p> <p>A aderência ao MNI estará atendida se for utilizada pelo menos uma operação em qualquer versão do MNI.</p>	<p>Houve divergências quanto ao entendimento de aderência ao MNI e o Conselho Nacional de Justiça foi consultado para os esclarecimentos.</p>